

Alienação e Natureza em Marx: uma breve reconstrução socioambiental

Beatriz Santos Dutra¹

Resumo: Desde a sua descoberta em 1930, os *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844* provocaram um extenso debate no campo das humanidades e do marxismo. A teoria da alienação do trabalho, tida como jóia do texto, é postulada como consequência necessária das relações de trabalho capitalistas. No entanto, com a agudização da crise climática na contemporaneidade, evidencia-se uma lacuna no entendimento crítico acerca da composição da atividade humana transformadora do mundo natural (trabalho), e coloca a retomada das bases do pensamento marxiano como um caminho necessário à compreensão da questão socioambiental em sua complexidade. Este artigo tem como objetivo investigar as conexões feitas por Marx entre o fenômeno da alienação do trabalho e a natureza, ressaltando a categoria do trabalho como mediador necessário e ontológico da relação entre a humanidade e mundo natural. Para isso, o artigo discorre sobre as definições marxianas dos *Manuscritos* alicerçadas nas contribuições ecossocialistas e busca salientar que, no âmbito da percepção geral do homem quanto à natureza, a alienação se faz presente como um impeditivo não somente do estabelecimento de uma relação não predatória com o meio natural e do desenvolvimento de uma prática que rompa com a estrutura que atua diretamente na destruição das condições naturais da vida, mas também na superação da incongruência sistêmica entre produção e satisfação das necessidades concretas.

Palavras-chave: alienação da natureza; trabalho alienado; ecossocialismo.

Abstract: Since its discovery in the 1930s, the *Economic and Philosophic Manuscripts of 1844* have sparked an extensive debate in the humanities and Marxism fields. The theory of the alienation of labor, considered a gem of the text, is posited as a necessary consequence of capitalist labor relations. However, with the intensification of the climate crisis in contemporary times, a gap becomes evident in the critical understanding of the composition of the human activity that transforms the natural world (labor), highlighting the need to revisit the foundations of Marxian thought as a necessary path to understanding the socio-environmental issue in its complexity. This article aims to investigate the connections Marx made between the phenomenon of the alienation of labor and nature, emphasizing the category of labor as a necessary and ontological mediator of the relationship between

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD/UFF). É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

humanity and the natural world. To achieve this, the article discusses Marx's definitions in the *Manuscripts* grounded in ecosocialists contributions and seeks to draw attention to the fact that, within the general perception of humanity towards nature, alienation is not only a barrier to establishing a non-predatory relationship with the natural environment and developing a practice that breaks with the structure directly involved in the destruction of the natural conditions of life, but also to overcoming the systemic incongruity between production and the satisfaction of concrete needs.

Keywords: alienation of nature; alienated labour; ecosocialism;

1. Introdução

Estabelecer um consenso científico sobre determinado tema no âmbito das ciências humanas é uma tarefa historicamente difícil. Uma imensa diversidade de objetos, teorias, percepções, recortes, métodos e realidades permeia e estrutura o caminhar da(s) ciência(s), ao mesmo tempo que se transformam com os movimentos históricos e dialéticos da realidade. Tal dificuldade pode ser entendida como um reflexo da própria complexidade das dimensões do sujeito social e das determinações que o atravessam, mas também reflete um contexto de disputas políticas internas que questionam a objetividade, validade e verdade no fazer científico. No entanto, é inegável que o século XXI está sendo marcado por inúmeras crises, sejam elas políticas, econômicas, sociais ou climáticas, as quais fazem emergir estudos sociais diversos. A ascensão da extrema-direita, a anulação de direitos sociais conquistados por frações da classe trabalhadora no século XX, as guerras contemporâneas, a plataformização do trabalho, o avanço da destruição ambiental e o colapso do sistema climático são apenas algumas das muitas crises que assolam a humanidade como um todo, mas que têm seus efeitos mais diretamente realizados na materialidade de determinados grupos sociais.

O colapso climático, em particular, se estabelece como uma das mais alarmantes crises da atualidade e exige articulações entre ciência, Estado e sociedade civil que desafiam o modo como as classes dominantes monopolizaram e abrandaram o debate socioambiental nas últimas décadas, rumo a uma saída possível da catástrofe climática que nos está apresentada. Hoje, quando o debate público aborda a temática das “mudanças climáticas”, as noções de “desenvolvimento sustentável”, “mitigação”, “soluções baseadas na natureza” e “transição energética” representam a centralidade da discussão e nos apontam os direcionamentos das reações do capital frente àquele que talvez seja seu maior desafio: a resposta violenta do sistema Terra ao esgotamento das condições naturais essenciais à reprodução da vida terrestre na forma do colapso climático.

Logo, as análises críticas acerca do funcionamento do modo de produção capitalista e suas imposições e implicações ao meio natural encontram justificativa nas bases sólidas da realidade socioambiental contemporânea. A compreensão do que de fato compõe o trabalho, esteja ele centrado nas relações sociais capitalistas ou não, alicerçada à datada separação radical entre humanidade e natureza, pode ser entendida como um dos diversos atravessamentos sociais do fenômeno das mudanças climáticas, bem como da nossa aparente incapacidade de mobilização coletiva em torno da questão ambiental.

Localizado no interior do debate ecossocialista, este artigo repousa na reflexão da categoria de alienação desenvolvida no capítulo “Trabalho alienado e propriedade privada”, dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*¹ de Marx, com relação à natureza e aos efeitos subjetivos do trabalho alienado na interação, prática e interpretativa, entre humanidade e meio ambiente. O esforço teórico da mobilização das categorias de alienação, natureza e capitalismo, aplicado neste trabalho, não é inédito. No entanto, busca demonstrar às luzes dos escritos marxianos, apoiado nas reflexões ecossocialistas e na análise de Mézaros (2017), que as relações de trabalho tipicamente capitalistas produzem impreterivelmente uma condição de alienação à natureza. Como uma dimensão subjetiva que emerge da objetividade e se impõe no desenvolvimento de noções acerca da relação, interação e percepção entre o que consideramos como “humanidade” e “natureza”.

Para isso, o presente texto é estruturado em uma breve reconstrução da discussão sobre a teoria da alienação do trabalho em Marx, a qual destaca a importância aguda da natureza como componente central no processo de trabalho em qualquer sociedade, papel que é contraditoriamente confrontado pelas leis que orientam a produção na sociedade capitalista, com relações de trabalho atravessadas pela condição de alienação a qual subordina a natureza e a força de trabalho à posição de mercadoria passível de exploração. Esta relação é exposta de maneira sucinta, mas contundente, na descrição do processo de alienação referente à relação entre o trabalhador e o produto do seu trabalho. Nos *Manuscritos*, a separação e a alienação entre humanidade e natureza fundamentam as condições necessárias para o estabelecimento da propriedade privada e consolidação do sistema capitalista como modo de produção radicalmente novo, transgredindo o elo com a terra existente no feudalismo e em diversas outras formações sociais particulares não capitalistas.

2. Alienação, trabalho e natureza

Há uma falsa percepção de que o que se produz e quanto se produz refletem as necessidades reais de consumo das pessoas ao redor do mundo. Em 2023, havia cerca de 238,6 milhões de cabeças de boi no Brasil², e 216,4 milhões de pessoas. Ao mesmo tempo, 24

¹ Ao longo deste trabalho o título integral do texto será referido como *Manuscritos de 1844* ou apenas *Manuscritos*, a fim de evitar grandes repetições e melhorar a fluidez da leitura.

Além disso, a tradução utilizada nas citações e menções pertencentes ao trecho do *Trabalho alienado e propriedade privada* consiste na edição da Expressão Popular, traduzida por José Paulo Netto, 2015.

² PPM - Pesquisa da pecuária municipal, IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html>

milhões de brasileiros estão em situação de insegurança alimentar.³ Se o que movesse a atividade econômica nessa sociedade fosse a satisfação das necessidades essenciais à vida humana, esses dados demonstrariam uma enorme falha e insucesso econômico-social. No entanto, na sociedade em que reina o modo de produção capitalista e domina a lei de acumulação de capital, os dados evidenciam um crescimento positivo nos níveis de produção e exportação, colocando o Brasil na posição de maior exportador e segundo maior produtor de carne bovina no planeta. A pecuária é a segunda maior fonte de emissão de gases de efeito estufa no Brasil, com 26% das emissões. Porém, apenas a menção da necessidade de um decréscimo produtivo e redirecionamento da produção faz emergir um pavor maior do que aquele causado pelos danos ambientais à atmosfera e o aquecimento global, no interior das perspectivas da “economia verde e do desenvolvimento sustentável”⁴.

Como um desdobramento crítico da teoria marxiana, esse fenômeno pode ser entendido como um dos reflexos do processo de alienação do trabalho. Essa relação destrutiva entre atividade econômica e meio ambiente está calcada tanto na busca incessante por acumulação de capital quanto na alienação das relações de trabalho, em uma incongruência sistêmica entre produção e satisfação das necessidades concretas. Além disso, é uma relação eternizada nesta sociedade, percebida como inescapável e incontornável em termos de desenvolvimento humano, mesmo que o custo seja o desmoronamento das condições naturais que permitem a vida humana existir da maneira em que conhecemos. Um dos motivos da tamanha dificuldade em verdadeiramente compreender as relações fundamentais que orientam a vida social consiste justamente no fato de que o trabalho na sociedade capitalista é um trabalho alienado, exteriorizado, alheio aos trabalhadores e à satisfação das necessidades concretas da coletividade social. As necessidades do capital, no entanto, são introduzidas na vida social, em termos de produção e consumo, como as grandes necessidades a serem priorizadas e satisfeitas. Em vista disso, as relações oriundas do processo de trabalho são, na leitura dos *Manuscritos*, relações alienadas, exteriorizadas e despersonalizadas.

Em Marx, essa relação de alienação do trabalho é traduzida em quatro aspectos: a alienação do trabalhador com o produto do seu trabalho, com o próprio ato da produção, com o ser genérico e com os próprios homens. Respectivamente, na auto atividade alienada, o trabalhador está alienado da natureza, da sua própria atividade vital (o trabalho), do seu

³ Dado oriundo do módulo de Soberania Alimentar da Pnad contínua, IBGE. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838-seguranca-alimentar-nos-domicilios-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023>

⁴ As duas maiores correntes ecológicas da economia, a economia ecológica e a economia ambiental, percorrem caminhos que, embora particularmente distintos, encontram as suas semelhanças na defesa do crescimento como uma necessidade natural (Sá Barreto, 2022, p.21).

gênero, ou seja, daquilo que o caracteriza como ser humano social e genérico, e, por fim, ocorre a alienação do homem pelo próprio homem, um confronto entre *outros*. Tais formas compõem a expressão de um único fenômeno, o da alienação, como uma totalidade que permite ser analisada por diferentes pontos de vista. O objetivo aqui não é destrinchar aprofundadamente todas as formas de alienação, mas ressaltar a relação que elas emitem com a natureza em Marx. O que se pretende é revelar de que maneira a natureza - enquanto parte do corpo do homem e o plano material em que o processo produtivo se realiza - é transformada conforme o tipo de mediação provocada pelas relações produtivas no trabalho sob o capitalismo. Mais do que uma determinação vulgar, a contribuição de Marx nos permite compreender que, se o trabalho é uma atividade teleológica, pré-concebida no âmbito do pensamento e realizada na prática, a forma pela qual essa natureza é percebida subjetivamente está diretamente conectada com as relações de mediação concretas realizadas na atividade produtiva.

A leitura feita pelo marxista húngaro István Mészáros sobre a alienação é articulada como suporte teórico do desenvolvimento das ideias concebidas no presente texto. No livro *A teoria da Alienação em Marx* (2017), Mészáros expõe os desdobramentos do pensamento marxiano, dando enfoque na importância da natureza, da liberdade, da propriedade privada e da transcendência positiva nos *Manuscritos de 1844*. Ainda que de maneira indireta, ou seja, não centrada nos esforços ecossocialistas, Mészáros oferece mecanismos para a investigação da relação entre homem e natureza na teoria do trabalho alienado de Marx, permitindo a sua exposição aqui.

Na análise de Mészáros sobre a alienação em Marx, o trabalho é posto como o elemento mediador da relação entre sujeito e objeto, entre humanidade e natureza. Essa é uma categoria essencial para o entendimento dessa complexa relação. Neste domínio, Marx ressalta o caráter necessariamente histórico das determinações intrínsecas a essa interação, juntamente com o elemento do trabalho. A relação entre filosofia, política, religião, economia e ciência determinou historicamente a maneira em que as sociedades se encontravam com a natureza. E não somente, mas também a cultura, a trajetória histórica, as especificidades geográficas, as formações físico-químicas do solo, o direcionamento estatal, dentre outros; são todos componentes relevantes para o esclarecimento das relações entre homens e natureza ao longo da história, uma temática cada vez mais presente nas ciências sociais.

Entretanto, na leitura feita aqui, baseada no pensamento marxiano, todos esses elementos possuem uma relação de interdependência com o trabalho, irremediavelmente. A esfera da economia e a do trabalho possuem um papel fundamental, em última instância, ao

criarem as condições necessárias para o desenvolvimento de todas as outras esferas da vida social. E o fazem pelo simples motivo de os homens serem compostos por bases naturais que necessitam de determinados elementos para a manutenção de sua existência. Como defendido por Lukács (2018), a economia em Marx desempenha um papel de prioridade ontológica. Não por motivos arbitrários ou economicistas, mas pelo fato desses elementos tidos como essenciais serem adquiridos e transformados por meio do trabalho, pela auto atividade humana responsável pela produção e reprodução da vida, condição que faz da economia, em última instância, uma esfera inescapável da vida social. Portanto, se um pesquisador ecologicamente interessado busca compreender de forma crítica a relação entre certo tipo de grupo social e o meio natural externo a ele, não há como escapar da necessidade de captar quais são as relações de trabalho historicamente determinadas da sociedade em que ele se encontra, ainda que esse não seja o único elemento da composição dessa relação. Essa importância da esfera da economia, por vezes mal compreendida nas ciências sociais, expressa uma inseparabilidade no campo do conhecimento justamente por ser inter-relacional na realidade material.

Com o objetivo de demonstrar essas características do trabalho, Marx desenvolve, pela primeira vez, no âmbito das categorias do pensamento, a existência simultânea de duas formas de trabalhos na vida social (perspectiva que retorna depois, integralmente como uma unidade dialética, na sua abordagem sobre o duplo caráter do trabalho - útil e abstrato - em *O Capital*). Dentro dessa duplicidade, há o trabalho em termos gerais, associado a toda humanidade, e o trabalho em particular, o qual se relaciona historicamente com a atividade específica de determinada sociedade.

Dessa forma, temos o trabalho universal, o qual é definido como uma auto atividade humana que visa satisfazer uma necessidade específica, portanto teleologicamente concebida, e se utiliza de meios e da interação com a natureza para atingir determinado fim. Essa é uma atividade produtiva fundamental para a existência humana, necessária em qualquer formação ou organização social, e existiria de maneira independente do capitalismo, uma vez que é condição para a produção da vida material. Não é apenas condição para a existência da vida humana, mas expressa uma das distinções entre humanidade e os outros animais, a qual consiste na capacidade de planejar, no âmbito do pensamento, a realização da tarefa antes de sua efetivação, antes do processo do trabalho em si mesmo. O “pôr teleológico” (Lukács, 2013, p.76), como é chamado, advém da relação entre intencionalidade humana e interação com o meio natural, no caminho para a satisfação das necessidades preestabelecidas. Ele exige um conhecimento mínimo sobre o manuseio dos instrumentos de trabalho, além de uma

noção dos princípios de comportamento físico químicos dos recursos naturais, para ser bem sucedido. Pode-se considerar estes como os principais elementos do trabalho genérico, abstrato.

Contudo, o trabalho na prática da vida social não é apenas um trabalho genérico. O trabalho é historicamente determinado e pode variar de sociedade para sociedade. Ele assume diferentes formas, as quais podem conflitar entre si no interior de um mesmo grupo social, estabelecendo uma relação de dominação entre a forma típica de trabalho e as formas remanescentes. O trabalho particular, portanto, seria a efetivação histórica do trabalho genérico, o qual necessariamente contém a base comum de uma atividade humana teleológica que busca satisfazer necessidades de manutenção da vida, mas que cria relações de trabalho, processos de trabalho, mediações e finalidades específicas, de acordo com determinada orientação produtiva socialmente estipulada.

No capitalismo, a forma central de trabalho consiste na venda da força de trabalho dos trabalhadores e na compra dessa mercadoria específica pelos capitalistas, na busca incessante por produzir mais-valor. Entretanto, o caminho percorrido até essa análise estava em um momento embrionário no desenvolvimento dos *Manuscritos de 1844*. Neles, Marx estabelece outros elementos essenciais para se compreender a “forma trabalho” no capitalismo, os quais não deixam de estar contidos no sistema marxiano das obras maduras, pelo contrário, as pavimentam.

O trabalho particular, exposto no texto de Marx, toma uma forma própria e é atravessado pela divisão do trabalho. Nele, a mediação entre homem e natureza é feita por meio da propriedade privada, da troca, pelas contradições das relações de produção capitalistas. Nessa investigação, Marx parte das condições concretas das relações de trabalho e das condições materiais do trabalhador, fundamentadas na separação histórica e inicial entre o homem e os meios de produção e subsistência, na virada para o capitalismo. Assim, nesse modelo econômico-social, a atividade vital do trabalhador consiste na venda de sua força de trabalho para outro agente, o proprietário dos meios de produção, a fim de produzir mercadorias de maneira generalizada, com a determinação externa do que se produz e como se produz. No processo produtivo capitalista, o qual a venda de mercadorias orienta e dá sentido ao trabalho, o trabalhador produz um mundo de riquezas para o capital, mas para si produz apenas privação, uma vez que o produto do seu trabalho não lhe pertence.

Existe uma relação de proporção inversa explicitada por Marx entre a valorização do próprio trabalhador como uma mercadoria e o aumento da produção do trabalhador e, conseqüentemente, da produção de riquezas. Ou seja, quanto mais trabalha, mais pobre o

homem se torna, em termos relativos. Quanto mais mercadorias ele produz, mais barata a sua mercadoria, ou seja, seu próprio trabalho, torna-se. Isso ocorre pois, enquanto o trabalho produz mercadorias, ele produz a si mesmo como uma mercadoria e o trabalhador como mercadoria também, uma vez que o ato da produção e a sua função, sua finalidade e o lugar em que ela se realiza são apartados do trabalhador. Assim, a efetivação do trabalho se dá na transposição do trabalho fixado a um objetivo, a sua objetivação. O trabalho não é a realização subjetiva da liberdade e da capacidade criativa e consciente dos homens para si e para a natureza, mas sim a redução à produção de mercadorias que buscam a valorização do valor, à acumulação de capital.

Esse modelo cria uma relação de alienação entre trabalho, trabalhador e objeto/produto do trabalho, uma vez que, ao ser reduzido a uma categoria semelhante ao objeto produzido, isto é, a uma mercadoria, o trabalhador perde o poder sobre os objetos de seu trabalho e dos objetos que lhe são necessários para viver. Assim, na sociedade burguesa, o produto do seu trabalho é uma potência externa, independente do trabalhador, que pode inclusive se voltar contra ele e ser hostil. Ele produz mercadorias que não poderá realizar, não irá consumir. Ele passa a trabalhar em uma busca incansável pela sobrevivência, pela possibilidade de adquirir alimentos e objetos necessários para a conservação de sua vida, e essa procura dá o tom ao principal objetivo dos trabalhadores, que é produzir para poder comer, beber e se reproduzir. Eles se relacionam com o produto do seu trabalho de maneira alienada, alheia, não vinculada com a satisfação direta de suas necessidades, o qual se torna apenas um - nesse caso, o único - meio para ela. É claro que tais necessidades compõem o mais essencial à vida humana, mas, nessas relações de trabalho, essas necessidades aparecem como um grande entrave para a realização criativa e livre das potencialidades, como um fardo para os trabalhadores. Sobre o trabalho, Marx descreve, “Ele não é, portanto, a satisfação de uma necessidade, mas é apenas um meio para satisfazer necessidades externas a ele”. (Marx, 2015, p. 309)

Tal característica é antagônica à composição do que Marx denomina de *gênero humano*, uma categoria que compreende os homens enquanto seres universais, livres e sociais. Tanto o universal (gênero) quanto o particular (ser singular, indivíduo) são agentes transformadores e transformados pela história, em uma relação que determina que o indivíduo é parte da humanidade por compor o gênero ao mesmo tempo em que este nada mais é do que a síntese dos indivíduos. Um dos marcadores da essência histórica desse gênero humano, portanto mutável e afastada das ideias de essência humana fixa dos pensadores contratualistas, seria a possibilidade de produzir de maneira livre e consciente.

Isso seria feito na busca por finalidades que não estão necessariamente atreladas à subsistência física, mas à criatividade, ao crescimento coletivo, à estética, ao naturalismo, a um mundo de possibilidades. Para Marx, uma das infelizes consequências da alienação do trabalho é justamente a negação de toda essa potencialidade criativa e coletiva da humanidade, as quais são subordinadas à finalidades individualistas de conservação da vida (Saito, 2021, p.46).

O trabalho nesses moldes é “exterior ao trabalhador, isto é, não pertence à sua essência...” como uma mortificação do ser, um auto sacrifício que “não desenvolve qualquer livre energia física ou espiritual, antes mortifica o seu físico (*physis*) e arruína seu espírito” (Marx, 2015, p.308). Marx reconhece essa grande contradição da sociedade do capital e demonstra o quanto ela é essencial para a reprodução das estruturas sociais dessa sociedade. Compreende como essa sociedade produz miséria e privação material para o trabalhador ao passo que esgota os recursos naturais essenciais para o ciclo da vida natural. E, simultaneamente, ela produz a categoria analítica de trabalho que tem sua essência transformada na forma de trabalho assalariado, sustentada em um argumento da economia política de eternização a-histórica dessa relação.

3. Natureza como meio de vida

No pensamento de Marx, o mundo exterior sensível é imperativo para a realização do trabalho e da vida humana. Sem ele, nada pode ser criado. Portanto, a natureza fornece os meios de vida para os homens, mas o faz atravessada por um duplo caráter: ela é ao mesmo tempo *meio de vida* em um sentido geral, por fornecer a base material por meio da qual o trabalho pode se apropriar e criar ferramentas e objetos úteis; e *meio de vida* em um sentido estrito, por ser literalmente o meio pelo qual a vida dos homens se realiza (Marx, 2015, p.311), em termos de subsistência, saúde, alimentação etc. Esse duplo caráter faz parte tanto do que compõe o trabalho quanto do que compõe a natureza para a humanidade, assim como no que compõe o próprio sujeito social. Esses três elementos contribuem com a presença de uma duplicidade incontornável na existência da vida humana, na mediação entre humanidade, natureza e na própria vida natural. Há uma relação de interdependência mútua entre todos, um vínculo irrevogável, e que necessariamente atua no prosseguimento da vida natural e social. Entretanto, nas sociedades capitalistas essa duplicidade da natureza como meio de vida se torna dialeticamente contraditória.

No capitalismo, o trabalho, a auto atividade vital do homem, torna-se apenas um meio para o alcance da satisfação de suas necessidades. Ele não é, em si, a satisfação dessas

necessidades. Ao mesmo tempo, sem ele o trabalhador é incapaz de satisfazê-las e, conseqüentemente, de sobreviver. Logo, Marx afirma que instaura-se uma relação de servidão do trabalhador ao objeto produzido. Ele é servo na medida em que necessita do objeto para a realização do seu trabalho, e ao mesmo tempo que para a satisfação de suas necessidades básicas. O contato que ele tem com a natureza é através de um tipo de trabalho que o faz gastar sua energia para a produção de algo que não lhe pertence, mas pertence a outro.

Nesse processo de produção de mercadorias, a natureza por vezes se vira contra o trabalhador, impondo limites que não condizem com o que é exigido dele, em termos de volume de produção. Afinal, a categoria econômica do valor não existe na vida natural. Nem a de mercadoria, ou de exploração. Os ciclos naturais funcionam por leis de regulação própria e são cruzados pela atuação antropocêntrica na criação de novos ciclos sociais. Durante essa ação do trabalho, a natureza, assim como o próprio produto do trabalho, aparece como uma potência externa e independente do trabalhador. A natureza existe como uma força estranha, e ele não consegue ver que as suas necessidades primordiais são realizadas no seio dessa natureza, na medida em que ela se torna um meio para a satisfação de algo externo a ela e ao trabalhador.

Nessa sociedade, a natureza é atravessada por uma mediação outra, que coloca como imperativo a propriedade privada, o sistema do dinheiro, a necessidade de vender a força de trabalho no lugar de uma mediação natural. Importante ressaltar que o que é defendido aqui não é uma regressão das forças produtivas, um retorno social ao trabalho com a terra e a produção imediata de alimentos e recursos materiais de maneira generalizada. Também não se afirma que a separação entre homem e natureza se dá apenas no capitalismo, uma vez que essa temática adentra longos estudos das ciências sociais e possui uma cronologia muito mais extensa do que a ascensão das sociedades capitalistas, as quais, em comparação ao tempo da vida terrestre e ao tempo de existência da humanidade, são relativamente recentes. O ponto aqui consiste no reconhecimento de que a mediação específica da sociedade capitalista incorpora elementos decisivos nessa relação, os quais se direcionam para uma ruptura de qualquer equilíbrio entre humanidade e natureza. Para serem estabelecidos como fundamentos sociais, o sistema do dinheiro e a propriedade privada, necessariamente, dependem de uma separação da unidade entre humanidade e mundo natural, como demonstrado nos *Manuscritos*.

O foco aqui é na denúncia de que, nas relações de trabalho e nas produções capitalistas, a satisfação das necessidades naturais, a produção e a reprodução da vida enquanto base natural, está apartada do processo de trabalho. Embora essas necessidades não

sejam descartadas, na prática, o que orienta a produção são as necessidades sociais de valorização de capital. Nesse contexto, a natureza é subjugada a objeto inanimado passivo de exploração, condição que não permite o desenvolvimento de uma relação de equilíbrio entre trabalho e meio natural. Ou seja, é a “mediação historicamente específica da automediação ontologicamente fundamental do ser humano com a natureza” (Mészáros, 2017, p.78). Nesse caso, uma mediação negativa, atravessada pelo trabalho alienado, que produz apenas miséria para os trabalhadores e destruição para a natureza, mascaradas nos termos de produtividade e de avanço econômico.

Essa mediação produz mais uma das grandes contradições dessa sociedade: a transformação da relação essencial do trabalhador com a natureza em uma interação alheia, insatisfatória, alienada. Quanto mais o trabalhador se apropria dos objetos pertencentes ao mundo natural, mais ele se priva deles, em um duplo sentido: depois de sua objetivação, ou seja, no fim do processo de trabalho, o produto é apropriado pelo capitalista, causando uma “perda” do objeto que durante o processo esteve nas mãos do trabalhador, que pertencia ao seu trabalho. E, no segundo sentido, o trabalhador é privado do objeto que seria o seu próprio meio de vida imediato, meio para sua sobrevivência física, dentro da concepção de que é o mundo natural que possui os meios necessários para a subsistência humana, mas que nessas relações de trabalho, tem seu objeto apropriado por outro.

Nas palavras de Marx, em termos ontológicos, a natureza seria “o corpo inorgânico do homem”, no sentido de estabelecer uma relação de interdependência entre esses elementos, assim como defendem as principais correntes da ecologia. Nessa descrição, o pensador afirma:

O homem *vive* da natureza significa: a natureza é o seu *corpo*, com o qual ele tem de permanecer em constante processo para não morrer. Que a vida física e espiritual do homem esteja em conexão com a natureza, não tem outro sentido senão que a natureza está em conexão com ela própria, pois o homem é uma parte da natureza. (Marx, 2015, p. 311)

Contudo, a alienação da natureza resulta no não reconhecimento do homem como parte desse meio, acompanhada da separação contraditória entre dois tipos de vida: um natural, físico, imutável e aquele denominado de social, racional, e em constante movimento.

Porém, se a natureza e o trabalhador fazem parte do processo produtivo ao mesmo tempo que se transformam dentro dele, como defendido por Marx, o desdobramento de uma prática alienada, voltada para a produção exponencial de mercadorias, abre a possibilidade de

eventualmente ocasionar em uma ruptura das condições “normais” de ambos os elementos. Essa possibilidade se expressa, por exemplo, nas diferentes concepções práticas de tempo dos seres envolvidos nesse processo. O tempo de regeneração do solo é específico a um conjunto de lugares e de sistemas, não compreende naturalmente as leis e as categorias econômicas dessa vida social e nem o tempo cada vez mais acelerado do ciclo de valorização. A rigor, “uma comunidade ecológica e seu ambiente devem ser, portanto, vistos como um todo dialético” (Foster, 2023, p.37), no sentido de que inúmeras relações são estabelecidas nas interações dos distintos tipos de vidas existentes no mundo natural. Essa combinação ocorre no seio de uma totalidade dialética, a qual a espécie humana possui particular poder de transformação, ao mesmo tempo em que também se transforma no processo de trabalho e está subordinada às transformações naturais.

A natureza é composta por interrelações e interdependências, funcionando em ecossistemas, e pode ter seu ciclo esticado até certo ponto. Há uma relação de reciprocidade, uma unidade entre ambiente e organismos no interior do vasto mundo natural. E, ainda que o conhecimento científico das ciências da natureza e do clima proporcione, há algumas décadas, os dados e as análises necessárias para a compreensão de que tal unidade está sendo desmantelada e esse limite atingido, tal alarmante realidade não é suficiente para romper com o atual cenário social, político e econômico das sociedades capitalistas. No interior do processo produtivo, a natureza ainda está subordinada ao modo de produção capitalista, o qual não pode ter seu ciclo interrompido de forma alguma. No âmbito da percepção geral das sociedades capitalistas quanto à natureza, a alienação se faz presente como um impeditivo não só do estabelecimento de uma relação não predatória com o meio natural, mas também no desenvolvimento de uma prática que rompa com a estrutura que atua diretamente na destruição das condições naturais da vida.

Não pode-se ignorar, no entanto, a existência e resistência dos grupos sociais que há gerações desempenham uma relação de interação com a natureza distinta da alienação típica do capitalismo. Algumas comunidades tradicionais no Brasil, por exemplo, questionam em sua prática cotidiana os preceitos de subordinação e exploração das relações de trabalho capitalistas com o meio natural. Contudo, tais modos de vida se encontram à margem das relações dominantes de produção e sociabilidade, e não só lutam contra os constantes avanços do capital em seus territórios, como vêm sofrendo com o processo de devastação ambiental oriundo da crise climática, do desmatamento, da poluição de rios, alterações de ecossistemas etc. A mais ecológica das relações não parece poder proporcionar uma alteração no atual curso apocalíptico das sociedades capitalistas no que tange às condições climáticas da terra,

ao menos ao ponto de se tornar a relação dominante. Mais do que isso, de acordo com a leitura feita a partir do arcabouço teórico da alienação em Marx, essa relação de interação positiva entre humanidade e natureza não pode ser estabelecida de maneira generalizada nessa sociedade.

A condição histórica para a instituição do capitalismo como sistema mundialmente dominante está na separação inicial entre homem e natureza, na transformação da propriedade comunal em propriedade privada, assim como na transformação das relações de trabalho. Para Saito (2021), essa é a grande contribuição da crítica do capitalismo iniciada por Marx nos *Manuscritos* com sua teoria da alienação, central no pensamento marxiano, na afirmação do imperativo da “separação e unidade entre humanidade e natureza” (p.44) na formação do capitalismo.

A auto atividade humana consciente e livre é o que define o ser social enquanto ser genérico, enquanto elemento universal pertencente a uma espécie. A alienação inverte essa relação “até que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para sua existência” (Marx, 2015, p.312). Ou seja, o trabalho alienado, típico das sociedades capitalistas, subverte o que seria o mais próximo de uma essência humana coletiva em uma castração da criatividade e escravização da atividade à sobrevivência física. Esta, no entanto, não é nem garantida; pelo contrário, impõe-se como um desafio em uma sociedade que acumula riquezas para poucos ao mesmo tempo que produz pobreza, doenças e privação material para muitos.

A consequência necessária dessa relação exteriorizada com a natureza e com o próprio trabalhador, que se reflete em tal privação, é justamente a propriedade privada, o mecanismo de reificação das relações com a terra, o qual a transforma em mercadoria e instaura a dissolução da unidade entre produtores e a orientação das condições objetivas de produção (Saito, 2021, p. 61). Privatiza-se, assim, o que é socialmente produzido por meio da apropriação do capitalista e que só pode ser realizada com a separação fundamental da humanidade com a natureza, com a terra.

4. Considerações finais

Com a subversão da relação de trabalho, subverte-se, também, a relação de mediação entre homem e natureza, essencial para a sobrevivência humana e decisiva para o pensamento e práxis ecológica. Essa mediação é histórica, intensamente transformada ao longo dos séculos, acompanhando o percurso específico das sociedades, o qual ainda pode ser alterado. No entanto, nos moldes em que ela se encontra na atualidade, é atravessada pela propriedade

privada, pelo sistema do dinheiro e pela alienação do trabalho. Resulta-se, assim, em uma atividade de exploração que não respeita os limites internos dos ciclos naturais, mas busca cada vez mais ultrapassá-los, com substituições tecnológicas e aditivos químicos, em nome da valorização de capital. Uma relação de alienação do homem com a própria natureza é provocada, ocasionando um processo de exteriorização que se baseia no não reconhecimento do homem como parte do enorme mundo natural, ao mesmo tempo que não pode romper com a dependência deste mundo para a sua sobrevivência. Logo, as respostas de sofrimento e degeneração da vida natural, provocadas pela atividade predatória de exploração, aparecem como não vinculadas à vida humana, alheias, desinteressantes.

No entanto, a realidade se impõe de maneira devastadora, com um desequilíbrio do sistema climático que se encaminha para um colapso das condições que permitem a vida dos seres vivos na Terra, especialmente a espécie humana. A emissão dos gases de efeito estufa e seu consequente aprisionamento na camada de ozônio estão despertando a acelerada alteração da temperatura da terra, impulsionada pelas emissões antropogênicas oriundas da atividade produtiva dominante no mundo hoje (Sá Barreto, 2022, p.167 e 168). Por trás dos discursos ecológicos (científicos ou não), a questão da relação entre humanidade e natureza, as suas interações e mediações por meio do trabalho, seus aspectos subjetivos, relacionados ao imaginário, ou os da práxis, da luta cotidiana, dos movimentos sociais, e de tantos outros campos, emerge como central no esforço de enfrentamento do maior desafio do século.

A contribuição da teoria da alienação do trabalho, conforme analisada nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*, reside na compreensão de que, nas sociedades capitalistas, as relações de trabalho resultam na alienação do trabalhador em relação ao mundo natural sensível. As relações sociais de produção da sociedade do capital requerem uma separação radical entre natureza e humanidade, sustentada na divisão entre mundo natural e mundo social. No interior do processo de trabalho, na condição de exteriorização do produto do trabalho ao trabalhador e da sua própria atividade, sucede o pertencimento desses elementos a outra pessoa. Eles são, portanto, alheios e indiferentes ao trabalhador.

No entanto, se o trabalho é a realização da auto atividade humana fundamental para a produção e reprodução da vida, e essa atividade não pertence a quem de fato a executa, há uma perda do trabalho e do produto do trabalho. Mais do que isso, se essa atividade consiste, em termos gerais, em uma mediação com a natureza, em uma interação repleta de intencionalidades que se depara com um mundo natural finito, com ciclos físico químicos próprios, a alienação do trabalho se apresenta como resultado da inversão dessa mediação. A inversão de uma atividade consciente e livre, a qual pode vir a estabelecer uma relação de

unidade com a natureza, que compreende a possibilidade do desenvolvimento de uma relação quase simbiótica com a terra, firmada como uma atividade distante do caráter predatório atribuído à ação humana na sociedade regida pelos interesses do capital.

Assim, fica claro como a alienação do trabalho impõe uma condição de alienação à relação com a própria natureza, impossibilitando o desenvolvimento de uma prática generalizada que atue no sentido de uma unidade consciente entre meio ambiente e humanidade. Somada ao fundamento da exploração e do imperativo da acumulação de capital, com a incessante busca por acréscimo de mais-valor, a natureza é posta como mercadoria extremamente necessária, mas negligenciada por completo no que se refere aos seus limites naturais. No horizonte aproximado das mudanças climáticas, as transformações necessárias para a interrupção das atividades produtivas emissoras de gases de efeito estufa não podem, portanto, ser realizadas apenas com modificações econômicas, com regulações pontuais via mercado, como apontam as teorias verdes liberais de desenvolvimento sustentável.

A transcendência dessa alienação, na leitura de Mészáros, só poderia estar centrada no âmbito político, no romper de uma sociedade outra, afastada das determinações elementares do funcionamento da sociedade capitalista. Afinal, Marx está “interessado em problemas da economia só na medida em que estes revelam a hierarquia complexa da estrutura que ele deseja ver positivamente transcendida” (Mészáros, 2017, p.119), evidenciando que tais problemáticas vinculadas à mediação entre humanidade e natureza exigem uma transformação política, moral, econômica, social e simbólica.

Referências bibliográficas

BONENTE, B.; CORRÊA, H. Entre o fetichismo e a exploração: polêmicas sobre o Livro I de O capital. MEDEIROS, JL; SÁ BARRETO, E. **Para que leiam O capital: interpretações sobre o Livro I**. São Paulo: Usina, 2021.

ENGELS, Friedrich. **Esboço para uma crítica da economia política: e outros textos de juventude**. Boitempo Editorial, 2021.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

IBGE. **Pesquisa da Pecuária Municipal**, 2023. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html>>. Acesso em: 10/01/2025.

IBGE. **Segurança alimentar na PNADc**, 2023. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838-seguranca-alimentar-nos-domicilios-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023> Acesso em: 20/01/2025.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. Boitempo editorial, 2018.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo, Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2017.

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital**. Boitempo Editorial, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. Boitempo Editorial, 2017.

SÁ BARRETO, Eduardo. **Ecologia marxista para pessoas sem tempo**. São Paulo: Usina Editorial, 2022.

SAITO, Kohei. **O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política**. Boitempo Editorial, 2021.